



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1011557-59.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação**
 Requerente: **Katia Cristina Grangeiro de Miranda**
 Requerido: **Fazenda do Estado de São Paulo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Arielle Escandolhero Martinho Fernandes**

Vistos.

Trata-se de ação proposta por **Katia Cristina Grangeiro de Miranda** contra a **Fazenda Pública do Estado de São Paulo** buscando a nulidade de débito de R\$ 11.838,48, relacionado a Lei Estadual nº 12.685/2007, que instituiu o Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo, chamado de Nota Fiscal Paulista. Sustenta que não teve acesso aos dados, eis que encerrou a empresa em 2009, requerendo, portanto, a exibição dos documentos. Alega a decadência, eis que os fatos geradores se deram em 2009, isto é, anteriormente ao encerramento de suas atividades, e o protesto da Fazenda Pública se deu em 10/05/2016. Requereu a sustação de protesto em tutela antecipada.

Em contestação, a Fazenda Pública do Estado de São Paulo sustenta que o débito tem origem de multa aplicada à requerente pelo PROCON, por emissão de documento sem efetuar o Registro Eletrônico de Documento Fiscal, objeto do auto de infração nº. 13240, de 08/08/2012. Alega que a dívida ativa tem presunção de certeza e liquidez. Refuta a decadência

O PROCON, não obstante não fazer parte da lide, se manifestou às fls.47/60 e às fls.76/88.

Réplica às fls.107/110.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Julgo antecipadamente a lide, nos termos do art. 355,I, do CPC.

Primeiramente, o PROCON não foi incluído no polo passivo, e nem houve pedido de inclusão na lide pela Fazenda Pública do Estado de São Paulo, pelo o que desconsidero as manifestações apresentadas, bem como os documentos, e determino que sejam retirados dos autos.

Ademais, a Fazenda Pública do Estado é parte legítima, eis que, apesar da personalidade distinta do PROCON, a presente demanda questiona não apenas a imposição da multa, mas também a inscrição na dívida ativa e o protesto da CDA, daí porque traz reflexos na espera jurídica do Estado. Nesse sentido foi o julgamento da Apelação de número 0016549-73.2013, de Relatoria do Excelentíssimo Desembargador Renato Delbianco.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A ação foi proposta no domicílio da autora, sendo esta Vara, portanto, competente.

A certidão de dívida ativa de número 1.206.786.595 foi protestada, em junho de 2016, no valor de R\$ 11.838,48, tendo em conta o auto de ocorrência de número 13.240, apontando como devedora a antiga empresa de propriedade da autora.

Consoante documento de fls.21, a autora encerrou suas atividades em 11/12/2009. As multas se referem a períodos anteriores ao encerramento, tendo em conta a emissão de documentos sem efetuar o registro Eletrônico de Documento Fiscal.

O auto somente foi lavrado em 08/08/2012, e constituído em 04/11/2015, e inscrito em dívida ativa.

Não há que se falar em decadência, eis que o auto de lavratura se deu em agosto de 2012 (fls.43), não atingindo o prazo de cinco anos previsto no CTN.

O ato administrativo tem presunção de legalidade, isto é, a lei considera que tais ações são verdadeiras e estão legalmente corretas, até prova em contrário. Nesse caso, a autora tem o ônus de provar que a Administração Pública agiu com ilegalidade, ou com abuso de poder, e de tal não se desincumbiu.

No que tange ao pedido de exibição de documentos, tal perdeu o objeto, eis que exibido pela requerida. No mais, julgo improcedente a ação, imputando a autora as custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor da causa.

P.I.C.

São Carlos, 12 de abril de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**